



Na CPI, Agnelo nega denúncias e abre sigilos fiscal e telefônico

Decisão de oferecer sigilos foi seguida pelo governador de Goiás, Marconi Perillo, que na véspera havia negado essa possibilidade à comissão

Num depoimento de mais de nove horas, o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), disse à CPI que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com políticos e empresas que o contraventor e a construtora Delta não conseguiram obter vantagens em seu governo. Ele acusou o senador

Demóstenes Torres (sem partido-GO) de ser o braço político da organização criminosa de Cachoeira. Para afastar as suspeitas, Agnelo ofereceu à CPI seus sigilos fiscal, bancário e telefônico. Anteontem, o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), havia dito à CPI que não abriria seus sigilos. Ontem, ele voltou atrás. **3**



O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (D), fala à CPI mista que investiga as relações do contraventor Cachoeira

José Cruz/Agência Senado

Assinatura eletrônica pode ser válida para iniciativa popular

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou ontem proposta que admite a inclusão de assinaturas eletrônicas em projetos de lei de iniciativa popular. Texto segue para a CCJ. **2**

Voto aberto recebe apoio de 65 mil pessoas em 24 horas

Entidades da sociedade civil entregaram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, documento pedindo a adoção do voto aberto no Congresso. Texto recebeu 65 mil apoios na internet, em menos de 24 horas. Sarney é a favor da medida. **2**

Ao lado de Taques (C) e Sarney (D), juiz Marlon Reis diz que é preciso evitar que voto secreto seja cobertura para a corrupção



Lia de Paula/Agência Senado

Aprovado na CCJ, fim de coligações segue para análise do Plenário

Proposta proíbe a união de partidos nas eleições proporcionais (para deputado federal, deputado estadual ou distrital e vereador). Comissão de Justiça rejeitou quatro emendas à PEC. **5**

Nomes escolhidos para Cade e Banco Central defendem ação conjunta



Presidida por Delcídio do Amaral (C), comissão aprova indicados pelo governo

Indicado para lugar de Eliana Calmon no CNJ promete rigor

Nome de Falcão Neto, ministro do STJ, foi aprovado em comissão e vai ao Plenário. **7**

Aprovada proposta que amplia a fiscalização contra remédio pirata



Vanessa Grazziotin (D) relatou a iniciativa na Comissão de Assuntos Sociais

Indústria aeronáutica quer desoneração tributária

Clubes de futebol pedem melhor distribuição dos recursos da TV



Abertura da Rio+20, Pavilhão Brasil, ontem: Brasil e demais países do G77+China querem financiar o desenvolvimento

Rio+20 discute fundo para desenvolvimento sustentável

Proposta de fundo de US\$ 30 bilhões está sendo elaborada na conferência, aberta ontem pela presidente Dilma. O evento paralelo Rio-Clima, promovido por subcomissões temáticas do Senado e da Câmara, também começou. **8**

Márcia Kallume/Agência Senado

Pedro França/Agência Senado

Solange Sforzano/Gov.br

Documento em favor do voto aberto no Congresso foi colocado na internet por entidades sociais, que ontem entregaram o texto ao presidente do Senado, José Sarney



Taques (2º à esq.) participa do encontro com Sarney (3º à esq.), que apoia a medida, mas diz que mudança pode levar tempo

Voto aberto recebe 65 mil apoios na *web*, em 24 horas

REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES sociais entregaram ontem ao presidente do Senado, José Sarney, petição *on-line* a favor do voto aberto no Congresso Nacional. Em menos de 24 horas, o documento conseguiu o apoio de mais de 65 mil brasileiros.

Sarney manifestou apoio à mudança, mas disse que exigências de tramitação e de quórum podem comprometer a agilidade da votação das propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam do tema.

— Tomara que tenhamos êxito — afirmou Sarney.

Para Pedro Taques (PDT-MT), que acompanhou as

entidades no encontro, o voto do parlamentar não pode ser secreto.

— República significa que qualquer um do povo tem o direito de saber como seus representantes votaram — afirmou.

O senador admitiu que é difícil aprovar uma das PECs sobre o tema até a votação que pode cassar o mandato de Demóstenes Torres (sem partido-GO). No entanto, disse que cada senador poderá revelar como votou. Taques defende que o voto aberto seja a regra, restando poucas exceções, como o caso da apreciação de vetos da Presidência da República.

Representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o juiz Márlon Reis disse que a coleta de assinaturas pela internet foi um teste para mostrar a popularidade do assunto.

— O voto aberto é uma realidade para a sociedade e precisa se transformar em realidade também no Congresso. Segundo Reis, é preciso evitar que o voto secreto seja usado como cobertura para atos de corrupção.

Entre as entidades representadas no encontro, também estavam a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC).

Assinatura eletrônica em iniciativa popular avança

A inclusão de assinaturas eletrônicas nos projetos de lei de iniciativa popular encaminhados à Câmara dos Deputados foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado (CCT).

Essas iniciativas devem contar com as assinaturas de, no mínimo, 1% dos eleitores brasileiros, distribuídos por pelo menos cinco estados, com não menos do que 0,3% dos eleitores de cada um deles.

O projeto (PLS 129/10), da então senadora Serys Slhessarenko, ainda será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa — que não precisa ir a Plenário.

Em voto favorável à matéria, o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), lembrou que já existem instrumentos tecnológicos capazes de garantir a autenticidade das assinaturas eletrônicas e que o projeto estimula a participação popular.

— Podemos afirmar que a iniciativa popular passaria de uma situação de quase inviabilidade, demonstrada pela quantidade mínima de projetos com essa origem já apresentados, para a viabilidade completa — afirmou.



Gim Argello, Alfredo Nascimento e Ivo Cassol na CCT: estímulo à participação

Envio de oferta pela internet poderá ser proibido

O envio de oferta de produto ou serviço por meio eletrônico ou telefônico ao consumidor, sem prévia autorização, poderá ser proibido. A medida consta de projeto de Humberto Costa (PT-PE) aprovado ontem na CCT.

A proposta (PLS 439/11) inclui o envio não autorizado de oferta entre as práticas abusivas, previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Segundo uma das emendas ao projeto aprovadas pela CCT, o consumidor poderá desistir de contrato com empresa comercial estabelecido na internet ou por telefone no prazo de sete dias, a contar do recebimento do produto ou serviço, ou, na falta do recebimento, do último dia do prazo para a entrega.

O texto será examinado agora pela Comissão de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, que não precisa passar pelo Plenário.

Na reunião de ontem, a CCT aprovou ainda 32 projetos de decreto legislativo, todos em decisão terminativa, que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversas localidades do país.

Adiada votação das propostas que acabam com o voto secreto

Devido ao número reduzido de senadores em Plenário ontem, foi adiada a votação das três propostas de emenda à Constituição (PECs) que estabelecem o fim do voto secreto no Congresso.

Mais de 20 senadores estão no Rio de Janeiro para a Conferência Rio+20, e muitos outros acompanhavam o depoimento do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, à CPI do Cachoeira.

A PEC 38/04, do então senador Sérgio Cabral, e a 50/06, de Paulo Paim (PT-RS), acabam com o voto secreto sempre. Já a PEC 86/07, de Alvaro

Dias (PSDB-PR), determina voto aberto especificamente nos processos de perda de mandato.

A votação do comércio eletrônico e do fim do voto secreto foi priorizada pelas lideranças partidárias terça-feira. O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM) explicou que as três PECs serão levadas ao Plenário porque não houve consenso sobre uma PEC específica. Ontem houve apenas a contagem do período de discussão da PEC 103/11, de Delcídio do Amaral (PT-MS), sobre repartição do ICMS no comércio *on-line*.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h20 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Regime especial de precatórios

14h Na pauta da sessão plenária, proposta de emenda à Constituição que amplia o prazo de adesão ao regime especial de precatórios até dezembro de 2012.

PRESIDÊNCIA: Boas práticas das indústrias de cana-de-açúcar

11h Cerimônia do selo de boas práticas às indústrias de cana-de-açúcar; às 15h45, reunião com o presidente do Parlamento Latino-Americano, Elías Castillo; às 16h, ordem do dia.

CRA: Banco da Amazônia e juros no setor agropecuário

8h30 Audiência pública sobre a performance do Banco da Amazônia (Basa) nos últimos cinco anos. Às 11h, a redução dos juros nos financiamentos agropecuários é tema de audiência com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho.

CCT: Recursos humanos na pesquisa científica

8h30/16h30 No seminário Caminhos para a Inovação, o primeiro painel terá como tema a infraestrutura e a capacitação de recursos humanos para a pesquisa científica.

CDH: Perícia médica do INSS

8h30 Audiência pública para debater as condições de trabalho da perícia médica do INSS. Participa da audiência, entre outros, o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, Mauro Luciano Hauschild. Antes, a comissão examina requerimentos.

CDR/CAE/CCJ: Novo pacto federativo

9h Audiência conjunta debate o novo pacto federativo, os fundos de Participação dos Estados e dos Municípios e a dívida dos estados. Depois, a CDR analisa projeto que beneficia empregados de hotéis para que as taxas de serviço cobradas integrem a remuneração.

CPI DA MULHER: Requerimentos

9h Reunião da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga a situação da violência contra a mulher para apreciação de requerimentos.

MERCOSUL: Integração regional

9h A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul examina concessão de benefícios para projetos que favoreçam à integração regional na América do Sul.

CRE: Acordo com Camarões

10h Na pauta, dois projetos de decreto legislativo. Um aprova emendas à Convenção do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. O outro dispõe sobre acordo com Camarões relativo a atividade remunerada de dependentes de pessoal diplomático.

CPI DO CACHOEIRA: Convocação de Luiz Antônio Pagot

10h15 A comissão parlamentar mista de inquérito se reúne para exame de requerimentos, incluindo o que pede a convocação do ex-diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes Luiz Antônio Pagot.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



José Cruz/Agência Senado

Agnelo Queiroz fala na CPI, ao lado dos parlamentares Paulo Teixeira, Vital do Rêgo e Odair Cunha: governador abriu mão dos sigilos telefônico, bancário e fiscal

Agnelo nega influência de Cachoeira no DF

Em CPI, governador afirmou que o grupo do contraventor fracassou ao tentar se infiltrar na máquina pública para levar vantagem em licitações e contratos

AO DEFENDER-SE DA acusação de influência de Carlinhos Cachoeira sobre o governo do Distrito Federal, o governador Agnelo Queiroz (PT) afirmou que foi xingado e tratado como inimigo pelo contraventor em gravações telefônicas da polícia. O depoimento à CPI mista durou mais de nove horas.

Agnelo foi aplaudido por correligionários ao anunciar que abriria mão dos sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Pouco depois, por telefone, o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), pediu ao líder do PSDB na Câmara, Bruno Araújo (PE), que comunicasse à CPI que faria o mesmo.

Os governadores, no entanto, não escaparão de investigações do Ministério Público. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pediu a abertura de três inquéritos no Superior Tribunal de Justiça.

Delta

Agnelo negou haver favorecimento à Delta, que, segundo ele, entrou na coleta de lixo do Distrito Federal em 2007 por licitação. O governador disse que a empresa ofere-

ceu preço menor esperando "favorecimentos". Só que a sua gestão, afirmou, apertou a fiscalização.

— O Serviço de Limpeza Urbana abriu sindicância e endureceu a fiscalização. As medidas economizaram R\$ 1 milhão de um mês para o outro, e justo nessa época a polícia captou conversa de integrantes da quadrilha me atacando.

Demóstenes

Na opinião do governador, o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) era o braço político da organização de Cachoeira, insatisfeita por não conseguir se infiltrar no DF.

— Tínhamos relação cordial. No início, eu não soube por que ele fez um pronunciamento me atacando violentamente e depois pediu meu *impeachment*.

Bilhete eletrônico

Denúncias de tentativa de fraude na licitação para a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica na área de transportes foram rebatidas. Agnelo reconheceu que havia

lobistas ligados a Cachoeira na Secretaria de Transporte, mas disse que não conseguiram fraudar a licitação.

Chefe de gabinete

Quanto à acusação de que Cláudio Monteiro recebera um rádio Nextel de Cachoeira, Agnelo disse que seu ex-chefe de gabinete negou tal informação e afirmou que confiava nele.

Patrimônio

A evolução patrimonial de Agnelo foi alvo de perguntas.

— Sou cirurgião casado com uma médica. Fui deputado 16 anos. Juntamos economias e compramos uma casa de classe média. Não há um único reparo no Imposto de Renda. O patrimônio é modesto para médicos de 30 anos de profissão.

Anvisa

Ele se defendeu da acusação de que teve responsabilidade administrativa na autorização de funcionamento de uma importadora de medicamentos pertencente a um empresário que lhe vendera uma casa.

— Minhas contas da agência estão aprovadas pelo TCU.

Decisão de abrir sigilo recebe elogios, mas oposição crítica

O anúncio de Agnelo Queiroz de que abriria à CPI seus sigilos bancário, fiscal e telefônico arrancou aplausos de governistas, mas parlamentares da oposição reagiram.

Para eles, o sigilo do governador do DF já havia sido quebrado pela Justiça em outros inquéritos e bastaria pedir o compartilhamento das provas.

Após pressão do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), o governador do DF assinou autorização formal de quebra de sigilo. Domingos Sávio (PSDB-MG) e Carlos Sampaio (PSDB-SP) consideraram o fato "propaganda enganosa".

Já José Pimentel (PT-CE), Sílvio Costa (PTB-PE) e Paulo Teixeira (PT-SP) ressaltaram a versão de que a organização criminosa tentou atacar Agnelo por não conseguir se infiltrar seus membros no governo. Cândido Vacarezza (PT-SP) disse considerar o

governador vítima da maldicência do crime organizado.

Humberto Costa (PT-PE) criticou as manifestações demoradas de parlamentares, a grande quantidade de questões de ordem e os "acessos de histeria" durante depoimentos na CPI. Para ele, não se deve convocar outros governadores, a menos que haja indícios graves de irregularidades. "No caso de Agnelo, não havia nada concreto", afirmou.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que, com o depoimento de ontem e com o do governador de Goiás, Marconi Perillo, na terça, "o regimento do Congresso foi rasgado para fazer da CPI um embate político deplorável". Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a decisão da Procuradoria-Geral da República de pedir a abertura de inquérito contra Agnelo e Marconi mostra que a comissão acertou ao convocar os governadores.

Casildo cobra fiscalização mais severa do governo nos cursos de Direito



Waldemir Barreto/Agência Senado

No exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 74% dos candidatos foram reprovados, destacou Casildo Maldaner (PMDB-SC), cobrando maior

fiscalização por parte do Ministério da Educação nos cursos de Direito.

O senador destacou que, em 1991, o Brasil possuía apenas 165 cursos jurídicos em funcionamento. Dez anos depois, o número havia subido para 380. Em 2011, já se somavam 1.210 cursos, atendendo a aproximadamente 695 mil alunos, 11% do total de estudantes de todo o ensino superior brasileiro. Com isso, disse Casildo, o Brasil está formando 87.523 profissionais por ano, "mas a qualidade dos cursos não acompanha esse crescimento".

Capiberibe: Assembleia Legislativa do Amapá persegue a Promotoria



Waldemir Barreto/Agência Senado

Nos últimos meses, medidas têm sido tomadas pela Assembleia Legislativa do Amapá em represália a uma operação chefiada pelo Ministério

Público, disse João Capiberibe (PSB-AP), defendendo a promotoria do estado. Segundo o senador, a Operação Igreja, em parceria com a Polícia Civil, procurou combater desvio de recursos públicos, favorecimento de empresas e nepotismo na Assembleia. Capiberibe explicou que, após a operação, os deputados estaduais aprovaram requerimento para criar uma CPI para investigar as relações do Ministério Público com empresas de mineração.

— Foi represália para constranger o Ministério Público do Amapá — disse.

Ex-governadora do Pará "roubou" verba do estado, afirma Couto



Waldemir Barreto/Agência Senado

O Ministério Público do Pará ajuizou uma ação contra a ex-governadora Ana Júlia Carepa, do PT, comunicou Mário Couto (PSDB-PA). Ela e outras cinco

pessoas são acusados de usar indevidamente parte dos R\$ 366 milhões emprestados ao estado pelo BNDES.

— Quantos hospitais, quantas escolas, quanto se podia fazer por cada um dos paraenses? Agora a Ana Júlia vai ter que responder para a Polícia Federal e para o Ministério Público onde colocou os R\$ 366 milhões — disse.

Ele criticou o fato de Ana Júlia ser indicada para a diretoria financeira da Brasilcap, subsidiária do Banco do Brasil, com vencimentos de R\$ 30 mil.

— Parece que roubar dá prêmio — afirmou.

Cassol denuncia fraude de sindicato de Rondônia com dinheiro público



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ivo Cassol (PP-RO) apresentou denúncia contra o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Rondônia de desvio de dinheiro

público e financiamento irregular de campanhas políticas em 2010. O senador disse temer que as supostas irregularidades se repitam nas eleições municipais deste ano.

Segundo Cassol, R\$ 5 milhões foram desviados entre 2010 e 2011, "uma verdadeira farra". Ele pediu investigações minuciosas por parte do Ministério Público do estado e da Polícia Civil.

Cassol também declarou apoio ao movimento pela transferência de servidores de Rondônia para os quadros da União.

Proposta, do senador Humberto Costa, prevê que a Vigilância Sanitária, as polícias e a Receita Federal trabalhem de maneira articulada na repressão à pirataria de cigarros, cosméticos e alimentos



Senador Jayme Campos, presidente da Comissão de Assuntos Sociais, fala na sessão em que se aprovou a proposta

Aprovado projeto que eleva fiscalização de remédio falso

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais aprovou ontem, em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário), o projeto que cria a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária.

A iniciativa fortalece o combate à falsificação de remédios, alimentos, cosméticos e cigarros, por exemplo.

O autor do projeto (PLS 162/11), Humberto Costa (PT-PE), manifestou preocupação especial com a pirataria de medicamentos, segundo o parlamentar, um fenômeno antigo que vem crescendo por causa da procura por remédios contra disfunção erétil e obesidade.

Para o senador, a situação precisa ser enfrentada com urgência, pois “oferece grave risco sanitário para a população, já que, diferentemente de outros produtos, medicamentos falsificados são potencialmente letais”.

Humberto Costa destacou ações já implementadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para

identificação de fábricas clandestinas, destruição de produtos piratas e interdição de pontos de venda dos produtos.

A apreensão de produtos falsificados é feita tanto pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária como pelas polícias Federal, Rodoviária e Civil, além da Receita Federal.

Para o senador, a implementação de uma política nacional possibilitará a articulação do trabalho desses órgãos, de forma a sistematizar as informações, dando maior eficiência ao combate à pirataria.

Cosméticos

De acordo com o projeto, deve ser reprimida a pirataria de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária, o que inclui fabricação, distribuição e comércio de produtos falsificados, corrompidos, adulterados, sem registro, em desacordo com a fórmula constante do registro, de procedência ignorada ou quando fabricados ou vendidos por empresas não autorizadas.

A proposta também modifica a Lei 10.446/02 para incluir

“condutas de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais” como crimes passíveis de investigação pela Polícia Federal.

Em seu voto favorável, a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), informou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 25% dos remédios vendidos nos países em desenvolvimento sejam falsificados ou adulterados. No Brasil, esse percentual chegaria a 30%, segundo o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial.

Sobre a pirataria de cosméticos, Vanessa observa que a produção ilegal ocorre dentro das fronteiras brasileiras, em pequenas fábricas de fundo de quintal.

— A produção está mais próxima dos locais de consumo, o que dificulta a interceptação dos produtos — afirmou.

Em seu voto, a senadora acatou emenda da redação apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Auxílio a catador de caranguejo vai para sanção

O projeto de lei que dá ao catador de caranguejo o seguro-desemprego durante o período de defeso da espécie foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais.

A legislação atual concede o benefício apenas ao pescador profissional.

Se não houver recurso para

votação no Plenário do Senado, o projeto poderá ir para a sanção presidencial.

O catador de caranguejo receberá um salário mínimo durante os meses em que a coleta fica proibida para permitir a reprodução da espécie.

A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), manifestou

apoio ao projeto (PLC 53/11), da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA).

— Assim como o pescador, o catador de caranguejo também fica sem renda no período de defeso, sendo justo que ambos sejam amparados pelo seguro social, nas mesmas condições — disse a relatora.



Fiscais apreendem caranguejos catados indevidamente na época de defeso no Pará: catador deverá ter seguro-desemprego

Posto do SUS pode ser obrigado a ter farmacêutico

Deve ir para a Câmara o projeto que torna obrigatória a contratação de farmacêuticos em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) que tenham farmácia. A medida foi votada ontem, em turno suplementar e em decisão terminativa (sem votação no Plenário), na Comissão de Assuntos Sociais.

Ontem, o **Jornal do Senado** informou por engano que o projeto havia sido aprovado em primeiro turno na

segunda-feira. Na verdade, essa aprovação aconteceu na quinta-feira, dia 6.

O projeto (PLS 62/11), de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), visa assegurar um uso racional dos medicamentos. A relatora, Ana Amélia (PP-RS), apresentou uma emenda para que a obrigatoriedade seja inserido na Lei Orgânica do SUS, e não na lei que regulamenta a assistência farmacêutica da iniciativa privada, como previsto.

Texto prevê proteção a funcionários terceirizados ou temporários

A empresa que usa serviços temporários ou terceirizados ficará responsável pela contratação do seguro contra acidentes de trabalho. É o que prevê uma proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. Se não houver recurso para votação no Plenário, irá para a Câmara.

De acordo com a proposta (PLS 92/06), a responsabilidade civil caberá à empresa onde o acidente aconteceu: nas dependências da empresa

cliente ou nas dependências da empresa de trabalho temporário ou terceirizado.

O autor da proposta, Valdir Raupp (PMDB-RO), lembra que a falta de uma norma faz com que empresas clientes e aquelas que fornecem trabalho temporário ou terceirizado tentem transferir umas para as outras a responsabilidade por acidentes.

A relatora *ad hoc* do projeto foi Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Jayme quer manuais de instruções gravados em áudio

Jayme Campos (DEM-MT) apresentou um projeto de lei que determina que todos os produtos e serviços tenham manual de instruções em áudio.

O objetivo da proposta é facilitar o uso dos produtos por deficientes visuais.

— Quando uma pessoa com deficiência visual adquire um produto cujo funcionamento não domina plenamente, ela depende da ajuda de alguém que leia a

instrução impressa do material. É dever do fornecedor dar todo o acesso necessário, respeitando as diferenças e limitações de todos os cidadãos — explicou, no Plenário, o senador.

Para evitar o aumento de custos dos produtos, o projeto de lei permite que o material em áudio seja disponibilizado na página eletrônica do fabricante, substituindo a reprodução em CDs.

Segue para a Câmara proposta que estabelece piso salarial para vigilantes

Uma proposta que estabelece uma piso salarial nacional para os vigilantes foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais.

Do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto (PLS 135/10) recebeu voto favorável do relator, Paulo Bauer (PSDB-SC), e agora precisa do aval dos deputados federais.

Os senadores seguiram o substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, que prevê três faixas de piso, conforme a responsabilidade e o risco profissional na atividade:

R\$ 800 para grau mínimo, R\$ 950 para grau médio e R\$ 1.100 para grau máximo.

O texto prevê que os valores serão reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE.

Crivella chama a atenção para as “enormes disparidades” existentes na remuneração dos vigilantes.

Segundo argumentou, são necessárias condições mínimas de remuneração para esses trabalhadores, “que realizam uma atividade de interesse de toda a sociedade”.

Plenário vai votar fim de coligação em eleições proporcionais

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça limita união de partidos às eleições para presidente, senador, governador e prefeito

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça rejeitou ontem quatro emendas à proposta de emenda à Constituição (PEC 40/11) que admite coligações apenas nas eleições majoritárias (para presidente da República, senador, governador e prefeito). Assim, fica mantida a proibição de coligação nas eleições proporcionais (para deputado federal, deputado estadual e vereador). A proposta segue agora para votação no Plenário do Senado, onde precisa ser aprovada em dois turnos antes de ser encaminhada à para a Câmara.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), votou contra a emenda de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que previa possibilidade de agregação das legendas numa federação de partidos. Valadares já havia proposto algo semelhante na primeira votação da proposta na CCJ, quando a ideia também não foi aceita.

Encargo sobre FGTS está perto de acabar

Empregadores poderão ficar livres, a partir de 1º de junho de 2013, do pagamento de contribuição social sobre o FGTS. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto de lei do Senado (PLS 198/07 — Complementar) que agora segue em regime de urgência para votação no Plenário.

Segundo o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), essa contribuição visa acabar com o desequilíbrio entre a correção dos saldos das contas individuais do FGTS e o patrimônio do fundo. Atualmente, segundo ele, o acréscimo perdeu efetividade porque a Caixa informou que há equilíbrio.

Raupp recusou duas emendas de Inácio Arruda (PCdoB-CE). Uma deixava a critério dos partidos a adoção e a escolha do regime de coligação, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas de âmbito nacional, estadual, distrital e municipal. A outra assegurava aos partidos a livre escolha na formação de coligações, em eleições proporcionais ou majoritárias.

Também foi rejeitada emenda de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que suprimia a expressão “exclusivamente nas eleições majoritárias” e, assim, mantinha a possibilidade de coligações nas eleições de todos os cargos.

A PEC 40/11 é trabalho da comissão especial de reforma política e tramitava com a PEC 29/07, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que proíbe coligações nas eleições proporcionais.

Concurso de redação pode mudar regras

Mudanças nos critérios de participação estudantil no Programa Senado Jovem Brasileiro e no Projeto Jovem Senador foram aprovadas ontem pela Comissão de Constituição e Justiça.

O PRS 1/12, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Jorge Viana (PT-AC), que será analisado pela Comissão de Educação e pela Comissão Diretora, acaba com a idade mínima de 16 anos, proíbe a participação de finalista do concurso de redação em qualquer estado e permite substituição do estudante vencedor em cada estado pelo segundo ou terceiro lugar, caso o primeiro colocado não possa participar.



Zeze Perrella (3º à esq.) e Ana Amélia coordenam o debate com representantes de clubes e de TVs

Futebol: clubes reclamam de distribuição desigual dos recursos de cotas da TV

Os critérios de distribuição dos recursos das cotas de televisão aos clubes de futebol foram o principal ponto do debate realizado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Participaram da audiência, comandada por Ana Amélia (PP-RS), representantes dos clubes e das redes Globo e Bandeirantes. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) não enviou representante.

Os clubes e Zeze Perrella (PDT-MG), que presidiu o Cruzeiro Esporte Clube por 20 anos, reconheceram o aumento expressivo no valor das cotas, mas pediram ajustes baseados em critérios esportivos para a distribuição dos recursos. Hoje as receitas de patrocínio da Série A do Campeonato Brasileiro são administradas pelos próprios clubes, sem a interferência da CBF. Até o ano passado, as negociações eram conjuntas, por meio do Clube dos 13, que reúne 20 dos principais times. Em 2011, contratos individuais geraram aumento para a Série A, mas elevaram a disparidade entre a primeira divisão e as séries B, C e D.

Para Paulo Davim (PV-RN), a centralização dos recursos traz danos a todo o futebol brasileiro.

— A diferença condena os pequenos a serem sempre pequenos. Há quanto tempo o Nordeste não dá um craque ao país? O futebol está empobrecendo, e a Seleção mostra isso — disse Davim.

Perrella argumentou que os recursos concentram-se no eixo Rio-São Paulo porque são estados que detém a maior parte da atividade econômica.

O representante da Rede Globo, Marcelo Campos Pinto, negou que haja uma “espanholização” na distribuição das receitas. Na Espanha, mais de 70% da renda de TV vão para os dois principais clubes, Real Madrid C. F. e F. C. Barcelona. A distribuição dos recursos da Globo atende a critérios de audiência nacional e estadual, a pesquisa anual de preferência por clubes e à colocação no campeonato anterior. A fórmula, afirmou Pinto, garante equilíbrio financeiro e técnico.

Os participantes defenderam regras mais amenas de pagamento de encargos sociais. O presidente do Esporte Clube Vitória, Alexi Portela, reclamou do grande número de taxas que é obrigado a pagar toda vez que sua equipe entra em campo.

Outra demanda dos clubes é a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios, o que garantiria mais uma receita nos jogos. Relatora no Senado da Lei Geral da Copa (Lei 12.663/12), que retirou a proibição durante a realização do Mundial de 2014, Ana Amélia disse que o assunto merece reflexão mais aprofundada, pois pesquisas indicam a relação direta entre a violência nos estádios e o consumo de bebidas.

Ana Rita enaltece atuação de Pochmann na presidência do Ipea

Ana Rita (PT-ES) homenageou ontem o ex-presidente do Instituto de Pesquisa



Waldemir Barreto/Agência Senado

Econômica Aplicada (Ipea) Marcio Pochmann pelo trabalho desenvolvido na instituição desde 2007. Ele deixou o instituto para se candidatar a prefeito de Campinas (SP).

Ana Rita disse que, sob a direção de Pochmann, o Ipea reassumiu o protagonismo na indução do desenvolvimento, produzindo conhecimento e fortalecendo a interlocução com a sociedade.

— O Ipea tem sido peça importante na retomada do planejamento de Estado para as políticas públicas — disse.

Davim: patrocínio pode equilibrar verbas no futebol brasileiro

Ao comentar audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação, Paulo



Waldemir Barreto/Agência Senado

Davim (PV-RN) disse que os clubes da Série A receberam R\$ 1,2 bilhão pelo campeonato deste ano, enquanto os da Série B receberam apenas R\$ 37 milhões. Ele pediu que empresas públicas patrocinem equipes de fora do Centro-Sul do país. Para Davim, o futebol é o esporte da alma do brasileiro, mas não tem se prestado a ser um fator de integração do país. Ele registrou que só nove estados têm representantes na Série A e pediu transparência na distribuição dos recursos.

Lopes quer audiências sobre comércio entre Brasil e Argentina

Eduardo Lopes (PRB-RJ) informou que pedirá audiências conjuntas da Comissão de



Waldemir Barreto/Agência Senado

Relações Exteriores e a de Assuntos Econômicos para discutir a crise comercial entre Brasil e Argentina.

Para o senador, uma reação agressiva às restrições a produtos brasileiros pode gerar prejuízos ao Mercosul.

— A melhor forma de solucionar não é a retaliação. A Argentina é o maior importador de produtos manufaturados do Brasil. Importa mais que os Estados Unidos e que toda a União Europeia — argumentou o senador.

Souza diz que o país precisa de uma política de irrigação

Sérgio Souza (PMDB-PR) chamou a atenção ontem para a necessidade de o país desenvolver uma política nacional de irrigação que permita



Waldemir Barreto/Agência Senado

aos estados enfrentarem o problema da seca, garantindo a produção e a renda dos agricultores.

Souza informou que nos dois últimos anos as secas que assolaram principalmente Mato Grosso do Sul e os estados do Sul geraram um prejuízo de US\$ 20 bilhões em termos de redução de produtividade. Considerando toda a cadeia do agronegócio, as perdas totais alcançariam pelo menos US\$ 50 bilhões.

Jucá elogia Caixa pelo aumento de prazo nos financiamentos

Romero Jucá (PMDB-RR) parabenizou ontem a Caixa Econômica Federal pela ampliação



Waldemir Barreto/Agência Senado

do prazo de financiamento de imóveis de 30 anos para 35 anos. Ele sugeriu a outros bancos que façam o mesmo e ressaltou que a Caixa também reduziu os juros.

— Estamos nessa luta para que o país possa crescer mais de 3% este ano. Há a preocupação de que possamos alavancar investimentos e é fundamental que a construção civil, que é um dos pilares dessa linha de investimentos públicos e privados e geração de empregos, possa ser fortalecida — afirmou o senador.

Participantes de audiência na Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil pedem incentivo fiscal para que o setor possa oferecer bons preços e concorrer no mercado

Desoneração para a indústria aeronáutica

A DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA para a indústria aeronáutica brasileira precisa ser empreendida pelo governo federal para que o setor continue a crescer, gerar empregos e investir em formação, ciência e tecnologia. Essa foi uma das reivindicações apresentadas pelos debatedores que participaram de audiência pública da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

O gerente de Estratégia de Mercado da Embraer, Luis Fernando Vicente Lopes, disse que a empresa é considerada uma das mais competentes do mundo, produz aeronaves para aviação comercial, executiva, de defesa e de segurança e tem no Brasil atualmente 16 mil funcionários, além de unidades nos Estados Unidos, Portugal, França, China e Cingapura.

Segundo Lopes, 22% de todas as aeronaves em operação no Brasil são da Embraer. Ele acredita que a aviação civil comercial deveria trabalhar com mais aeronaves médias, com capacidade média de 120 passageiros, o que aumentaria a eficiência de 85% dos voos nacionais.

— O número de passageiros aéreos no Brasil vem crescendo e pode aumentar em até seis vezes nos próximos anos. Segundo estudos e pesquisas da Embraer, em 2014 o Brasil será a quinta economia do planeta e o terceiro mercado aéreo, ficando atrás apenas de Estados Unidos e China — disse.

Para ele, as prioridades brasileiras devem ser a desoneração tributária, mais investimentos em infraestrutura



Vitor Coutinho (E), Luis Fernando Lopes, Vicentinho e Cairon em audiência: em 2014, segundo a Embraer, Brasil será o terceiro mercado aéreo do planeta

aeroportuária e diminuição do preço dos combustíveis. O gerente defende investimentos também para os aeroportos de médio porte.

O diretor de Inovação da Helibras, Vitor Coutinho, disse que, além de fabricar, montar e fazer a manutenção de helicópteros no Brasil, a empresa também investe em treinamento para o setor e já formou mais de 10 mil profissionais, entre pilotos, mecânicos e técnicos especializados. Apesar dos esforços, afirmou o diretor, a indústria aeronáutica tem “carência de mão de obra em todos os níveis”.

Ele informou ainda que a Helibras detém 53% do mercado de helicópteros no Brasil, fornecendo exemplares para Exército, Marinha, Aeronáutica, Receita Federal, Ibama, Petrobras, bombeiros e polícias federal, civil e militar de todo o país. Os helicópteros da empresa são também bastante usados como ambulância, táxi-aéreo, resgate e pela

iniciativa privada, acrescentou.

O advogado tributarista Cairon Ribeiro dos Santos afirmou que, para melhorar e ampliar a aviação civil nacional, “concorrência é a saída”.

— Incentivo fiscal não é palavrão. Para termos concorrência, temos de ter bons preços; para termos bons preços, temos de calibrar a carga tributária. O sistema tributário brasileiro precisa ser reformulado, simplificado e desburocratizado — afirmou.

Alíquotas calibradas

Cairon disse que as alíquotas tributárias do país são muito altas e que, como uma grande e profunda reforma tributária é algo “praticamente impossível” de acontecer, o governo precisa promover aperfeiçoamentos tributários gradativamente. O tributarista sugere redução setorializada de impostos, com estudos científicos e econômicos de cada setor da economia e de cada tipo

de atividade para que as alíquotas sejam calibradas de maneira justa e que promova o desenvolvimento e justiça fiscal.

Delcídio do Amaral (PT-MS) concordou que não só os aeroportos dos grandes centros necessitam de melhorias, mas também os médios.

— Além da aviação civil, a indústria aeronáutica brasileira precisa ser fortalecida para atender demandas que surgirão em virtude da exploração do petróleo do pré-sal e da vigilância e defesa territorial — disse o senador.

Vicentinho Alves (PR-TO), presidente da subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), anunciou que a próxima audiência pública do colegiado será na quarta-feira, com representantes do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola, do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços Auxiliares de Transportes Aéreos e de empresas de táxi-aéreo.

Ângela: telecomunicações devem ter custo mais baixo



A intenção, anunciada pelo governo, de reduzir o custo dos serviços de telecomunicações no país foi elogiada por Ângela Portela (PT-RR). Entre as possíveis medidas,

está a redução no número de áreas de ligações interurbanas da telefonia fixa, ainda em estudo pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Com a redução, as áreas poderão passar das atuais 4.200 para um número próximo das 67 nas quais se divide o serviço móvel.

— Dentro de cada uma dessas regiões, as ligações telefônicas serão cobradas como locais — explicou a senadora.

Marta quer um sistema de transporte urbano mais forte



A criação de uma autoridade metropolitana para transporte, que pode ser eleita pela população, com a tarefa de gerir o sistema de transporte urbano nas grandes capitais e cidades vizinhas foi defendida por Marta Suplicy (PT-SP). A senadora anunciou a intenção de apresentar um projeto de lei com esse objetivo para ajudar a resolver os problemas de mobilidade urbana de grandes metrópoles brasileiras.

Ela afirmou que a ideia surgiu da experiência estadunidense apresentada durante um seminário sobre transporte internacional realizado em São Paulo na segunda-feira.

Ana Amélia cobra verbas para telefonia no interior



As comunidades do interior do Brasil estão vivendo isoladas, afirmou Ana Amélia (PP-RS), pedindo investimentos em telefonia para atender o campo e conectá-lo aos avanços tecnológicos.

— Com a falta de sinal nos celulares ou de acesso à internet, as pessoas no campo vivem com dificuldades para se comunicar ou pedir socorro nas estradas. Não podemos admitir isso — disse.

A senadora lembrou que, em leilão realizado nesta semana, a Anatel arrecadou R\$ 2,5 bilhões com a venda do sistema 4G de banda larga, mas nenhuma das seis concorrentes apresentou oferta para o serviço de banda larga rural.

Petecão pede antigo fuso horário do Acre de volta



A população do Acre já se expressou em referendo em 2010 pela retomada do antigo horário do estado, considerado mais adequado à rotina diária, lembrou Sérgio

Petecão (PSD-AC). O senador fez um apelo pela agilização da tramitação no Senado do projeto de lei que restabelece o antigo fuso horário do Acre e de parte do Amazonas, aprovado terça-feira na Câmara dos Deputados.

Petecão também elogiou a decisão do governo brasileiro de dar asilo político ao senador boliviano Roger Pinto Molina, líder da oposição na Bolívia, que disse estar sofrendo perseguição do governo Evo Morales.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Vanessa pede criação de lei contra o tráfico de pessoas



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a criação de uma lei sobre o tráfico de pessoas. Ela afirmou que a legislação é incompleta e que o país precisa ir além do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que tem força de lei por ser um decreto presidencial assinado por vários ministros.

— A legislação brasileira é incompleta e até errada na abordagem desse crime. O Código Penal trata do tráfico de pessoas como tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

Vanessa lembrou que não são só as mulheres que estão sujeitas a exploração sexual e ao tráfico, mas também homens e crianças. Ela disse que o crime não é bem compreendido pela sociedade e que, por isso, existem dificuldades de investigação e poucos inquéritos e processos.

Escola boa combate trabalho infantil, afirma Cristovam



Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou a situação do trabalho infantil no Brasil. O senador informou que, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o país tem 3,9 milhões de meninos e meninas em situação de trabalho infantil.

Cristovam contou que recebeu muitas manifestações, via Twitter, de que é “melhor criança trabalhando do que na rua assaltando”.

— Vejam a que ponto nós chegamos. Parece que só há duas alternativas: trabalhar ou roubar — disse o senador, lembrando que a opção correta é estudar.

O senador cobrou mais estrutura nas escolas públicas, já que “criança não fica em escola ruim”:

— Estamos condenando as crianças ao trabalho infantil.

Nascimento apoia validação de diploma médico estrangeiro



Alfredo Nascimento (PR-AM) defendeu o reconhecimento no Brasil dos diplomas de Medicina de universidades estrangeiras.

Ele explicou que o reconhecimento é regulamentado pelo governo federal por meio do Programa Revalida e conta com o apoio do Conselho Federal de Medicina.

Nascimento disse que, nos últimos anos, o Brasil tem sido um dos destinos preferenciais de médicos graduados no exterior. Para ele, o reconhecimento desses diplomas ampliaria a oferta dos profissionais nas comunidades carentes de saúde.

— É importante frisar que, a despeito das críticas, a validação do diploma de medicina é necessária para garantir a segurança do próprio paciente.

Indicados pelo governo para cargos de direção no Banco Central e no Cade disseram, em sabatina no Senado, que as duas entidades devem tomar decisões compartilhadas; para senador, falta de integração livra sistema financeiro de supervisão



Eduardo Pontual Ribeiro e Ana de Oliveira Frazão, indicados para o Cade; senador Delcídio do Amaral; e Luiz Edson Feltrim, indicado para o Banco Central

Indicados defendem atuação conjunta de órgãos econômicos

OS INDICADOS PELO governo para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e para o Banco Central (BC) que passaram ontem pelo crivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) defenderam uma atuação complementar das duas entidades na avaliação de atos do sistema financeiro que tendem a prejudicar a livre concorrência.

Ana de Oliveira Frazão, aprovada para o Cade, reconheceu que a discussão é delicada, mas ressaltou que um compartilhamento nas decisões é possível e desejável. Ela entende que tudo depende de um “equilíbrio na legislação”, já que cada um dos órgãos possui foco distinto de análise.

No caso do BC, assinalou, seria um exame voltado à preservação da estrutura e da higidez do sistema financeiro, enquanto o Cade se prenderia aos aspectos concorrenciais de mercado.

— É um problema delicado e que envolve a cooperação das duas autoridades. Há um caminho a ser trilhado — afirmou Ana Frazão.

Além dela, aprovada por unanimidade, foi também sancionado para o Cade Eduardo Pontual Ribeiro, com 19 votos favoráveis e 1 voto contrário. Passou também pelo exame da CAE a indicação de Luiz Edson Feltrim para o cargo de diretor do Banco Central,

com a totalidade dos votos. Agora as indicações vão para o Plenário do Senado, para decisão final.

Zona cinzenta

Quem apontou problemas na supervisão da concorrência no mercado financeiro foi Armando Monteiro (PTB-PE). Segundo ele, esse controle estaria numa “zona cinzenta”, com o sistema financeiro sendo “poupado” de supervisão. Isso porque as análises do BC se prenderiam ao ângulo dos “riscos sistêmicos” para o mercado — quando examina, por exemplo, compras ou fusões de bancos e as operações no sistema.

— O Cade, que deveria atuar zelando pela concorrência, acaba sendo tolhido porque o Banco Central avoca para si a ação que ele não exerce.

O senador disse que a ausência de controle se evidencia quando se observam as taxas de juros e os *spreads* (diferença entre o custo de captação de recursos e o custo da taxa de empréstimos) no país. Ele lembrou que há um projeto já aprovado pelo Senado para delimitar a atuação do Cade, de forma suplementar, nas questões concorrenciais no sistema. A proposta tramita na Câmara.

Na avaliação de Eduardo Pontual Ribeiro, indicado para o Cade, a questão deve ser debatida de forma ampla,

para que as “vantagens” de cada órgão possam ser aplicadas em favor da sociedade. A seu ver, o Cade tem condições de acompanhar condutas do mercado financeiro para evitar abusos.

Luiz Edson Feltrim, que é servidor de carreira do Banco Central, disse concordar com o ponto de vista de que as duas autoridades devem exercer atuação complementar. A seu ver, essa é uma questão legal que precisa ser enfrentada, até pela necessidade de “garantia jurídica para os administrados”.

Graduada em Direito, Ana Frazão registra também em sua formação cursos de mestrado e doutorado, além de especialização em Direito Econômico e Empresarial. Atualmente é diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

Eduardo Pontual Ribeiro, também indicado para o Cade, exerceu entre 2009 e 2011 a função de vice-economista chefe e economista chefe interino do órgão. Ele é graduado em Economia e tem mestrado e doutorado. Desde 2006, é professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Feltrim, funcionário de carreira do BC, desde 2011 é secretário executivo da autoridade monetária. Antes, havia sido o chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do órgão.

Provável substituto de Eliana Calmon promete “mão de ferro” no CNJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão unânime, aprovou a indicação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Francisco Cândido de Melo Falcão Neto para um mandato de dois anos como corregedor nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A indicação de Falcão Neto para substituir a ministra Eliana Calmon agora será submetida à apreciação do Plenário.

Durante a sabatina, Falcão Neto defendeu a recuperação da credibilidade do Poder Judiciário e destacou a importância do CNJ, que classificou de divisor de águas na prestação dos serviços jurisdicionais no país.

— No plano da jurisdição, tinha-se a morosidade como fator a atingir a credibilidade da Justiça brasileira, que, entretanto, era tanto ou até mais afetada por gravíssimos problemas situados na esfera de sua administração.

Falcão Neto explicou que o CNJ deve



Ministro Falcão Neto, indicado para o CNJ, fala ao lado dos senadores Eunício Oliveira e Vital do Rêgo

atuar como órgão fiscalizador, agindo quando as instâncias inferiores de controle do Judiciário não funcionam a contento.

Ele afirmou a necessidade de o CNJ ser duro contra desvios de conduta:

— O CNJ vai entrar com mão de ferro. Não tergiversarei.

Falcão Neto foi nomeado ministro do STJ em 1999. Entre 2005 e 2007, presidiu a Primeira Seção do STJ. Entre 2010 e 2011, atuou como corregedor-geral da Justiça Federal.

A sabatina foi coordenada pelo presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Proposta está sendo elaborada na conferência aberta ontem pela presidente Dilma; evento paralelo, Rio-Clima também começou

Rio+20 discute criação de fundo com R\$ 30 bi para desenvolvimento

UM FUNDO DE US\$ 30 bilhões pode ser criado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), pelos países do G77+China, entre os quais o Brasil, para financiar o desenvolvimento sustentável. A informação foi dada ontem, primeiro dia do encontro, pelo negociador-chefe do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Ele confirmou que a proposta pode facilitar a elaboração do documento final do evento,

que termina dia 22.

“É uma proposta que conta com respaldo do grupo e faz parte da negociação que está sendo conduzida”, disse.

Secretário-geral da ONU para a Rio+20, o chinês Sha Zukang cobrou pressa para o encaminhamento das negociações do texto — que estabelecerá metas também para a economia verde.

— Estamos na reta final. O mundo inteiro está nos olhando e não podemos decepcioná-lo. Precisamos

de um ambicioso e histórico documento, com um forte compromisso de gerar mudanças globais positivas — disse.

Também ontem a presidente Dilma Rousseff abriu o Pavilhão do Brasil com um alerta sobre a necessidade de o mundo firmar um compromisso para alcançar metas de desenvolvimento sustentável.

— Não consideramos que o respeito ao meio ambiente só se dá em fase de expansão do ciclo econômico. Pelo contrário, um posicionamento

pró-crescimento, de preservar e conservar, é intrínseco à concepção de desenvolvimento, sobretudo diante das crises.

Dilma ressaltou que “o ambiente não é um adereço, faz parte da visão de crescer”.

— A sustentabilidade é um dos eixos centrais da nossa convicção de desenvolvimento — destacou.

No dia 20, Dilma deve voltar ao Rio para se reunir com chefes de Estado

Também ontem teve início a Rio-Clima (The Rio Climate Challenge), evento paralelo promovido pelas subcomissões temáticas do Senado e da Câmara para discutir recomendações à Conferência do Clima (COP-18) marcada para dezembro, no Catar.

Na segunda, Cristovam Buarque (PDT-DF), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Fernando Collor (PTB-AL) vão falar sobre o clima sob a ótica do Parlamento. (com Agência Brasil e Rádio Senado)



Autoridades acompanham discurso de Dilma Rousseff na abertura da Rio+20: preservação lado a lado com crescimento

Luiz Henrique elogia Dilma por medida para recomposição de mata

A decisão da presidente Dilma Rousseff de reduzir a exigência de recomposição



de mata ciliar para pequenos produtores, por meio da Medida Provisória 571/12, em tramitação no Congresso, foi elogiada ontem por Luiz Henrique (PMDB-SC).

Em pronunciamento, o senador afirmou que a MP que complementa o Código Florestal sancionado pela presidente traz um grande avanço para os produtores rurais ao definir entre 5 e 15 metros o limite de mata ciliar medida a partir do leito regular do rio. Segundo Luiz Henrique, a medida era um “grande clamor” da Frente Parlamentar da Agropecuária.

O senador estima que a medida vai beneficiar 80% dos produtores rurais brasileiros.

Jayne destaca manejo ambiental em município

Jayne Campos (DEM-MT) afirmou em discurso, na terça-feira, que é possível conciliar a preservação ecológica e o crescimento dos negócios no campo. Ele elogiou reportagem de Miriam Leitão sobre o exemplo do município de Alta Floresta (MT), que estava na lista dos que mais desmatam no mundo, mas saiu do ranking.

Segundo Miriam, apenas três, dos 40 municípios que constavam no ranking, conseguiram deixá-lo. Jayne Campos disse que a informação é importante porque Mato Grosso já destruiu, em 20 anos, 117 mil quilômetros quadrados de floresta, “o que equivale a três vezes a área do estado do Rio de Janeiro”.

O senador afirmou que só foi possível a Alta Floresta reverter a situação devido aos produtores, que promoveram ações ambientais.

Eduardo Lopes resalta Cúpula dos Legisladores

Eduardo Lopes (PRB-RJ) comunicou ao Plenário, na terça-feira, sua participação na Cúpula Mundial dos Legisladores, um dos eventos paralelos à Rio+20.

A cúpula vai de amanhã a domingo e, segundo o senador, terá três objetivos básicos: criar um mecanismo para monitorar os compromissos assumidos na Rio+20; fazer com que as negociações de legislações internacionais reconheçam as legislações nacionais; e permitir um melhor monitoramento das riquezas naturais.

Lopes informou que 85 parlamentos nacionais estarão representados. Segundo a embaixadora da Rio+20 no evento, a ex-senadora Serys Slhessarenko, 38 presidentes de parlamentos vão participar.

Collor afirma que texto da conferência precisa de reparos

Fernando Collor (PTB-AL) afirmou em discurso ontem que o texto-base da Rio+20 apresenta baixo consenso, além da necessidade de reparos em parágrafos importantes.

Um dos temas que tem apresentado problemas, segundo o senador, é o princípio do não retrocesso — garantia de que nenhum tratado voltará atrás no estabelecido anteriormente. O assunto tem sofrido resistência de alguns países.

O senador também lamentou a ausência de chefes de governo como o primeiro-ministro britânico, David Cameron, e o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Inácio vai debater sustentabilidade para as cidades

Inácio Arruda (PCdoB-CE) informou que deverá ser palestrante na Rio+20. Na mesa da qual tomará parte, será discutido o tema “Cidades sustentáveis e inovação”.

Para o senador, o tema é fundamental para o Brasil, que tem mais de 80% da população vivendo nas cidades.

— Não há outro caminho a percorrer senão oferecer cidades saudáveis. Cidades saudáveis, por sua vez, exigem planejamento, organização, debate e inclusão da população — disse.

Na avaliação dele, um dos maiores problemas a serem equacionados para melhorar a qualidade de vida nas cidades é a mobilidade urbana.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Valadares diz que evento tem grande desafio

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse, na terça-feira, que a Rio+20 terá o desafio de apontar caminhos para que o desenvolvimento econômico ande junto com o respeito ao meio ambiente e a inclusão social.

O senador disse que os debates da conferência serão orientados por dois eixos: a promoção da economia verde e a adoção da governança global para o desenvolvimento sustentável.

Valadares afirmou que o principal documento a ser produzido no encontro, denominado *O Futuro que Queremos*, tem um título ambicioso e mostra o tamanho do desafio da conferência.



Moneira Maitz/Agência Senado

Eunício: projeto cria fundo para aterros sanitários

Projeto que cria o Fundo Nacional dos Aterros Sanitários será apresentado por Eunício Oliveira (PMDB-CE). Segundo o senador, os municípios ainda não dispõem de recursos para a implantação de aterros sanitários “em substituição aos insalubres e degradantes lixões”, como previsto na política nacional do setor. Eunício também avaliou que o futuro da economia verde do Ceará e do Nordeste está ligado à energia eólica. Do potencial total de 143 gigawatts do Brasil, mais da metade pertence ao Nordeste, disse.



Moneira Maitz/Agência Senado

transferida capital do país, presidiu o STJ e auxiliou na implantação da Defensoria Pública.

Renan lamenta a morte de Humberto Gomes de Barros

Renan Calheiros (PMDB-AL) prestou tributo ao jurista alagoano Humberto Gomes de Barros, morto na última sexta-feira, em Brasília.

“Ele foi um exemplo que temos o dever de honrar e preservar”, disse o senador. Gomes de Barros foi um dos primeiros advogados da recém



Moneira Maitz/Agência Senado

lembrou que a lei sobre a transferência foi sancionada em junho de 2010, mas até agora ela não ocorreu.

Gurgacz pede agilidade em transferência de servidores

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu agilidade no processo de transferência dos servidores do ex-território de Rondônia para o quadro da União. De acordo com o senador, mais de mil servidores estão em Brasília desde segunda-feira para pedir a atenção do governo para a questão. Gurgacz lembrou que a lei sobre a transferência foi sancionada em junho de 2010, mas até agora ela não ocorreu.